

PROCESSO TCE N° 124.269  
ENTIDADE: SEPN  
NATUREZA: Prestação de Contas Anual  
OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Pequenos Negócios do Acre, exercício de 2016  
RESPONSÁVEL: Henry Antônio Silva Nogueira (Secretário)  
PROCURADOR: -  
RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia

## ACÓRDÃO Nº 11.807/2020

### PLENÁRIO

**EMENTA:** Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Pequenos Negócios referente ao exercício de 2016. Valor de Pequena Monta. Regular com Ressalva. Notificação. Dar Ciência. Arquivamento.

**1) Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, com fulcro no Art. 51, inciso II, da LCE/TCE/AC nº 38/1993: **1)** Pela emissão de Acórdão considerando **Regular com Ressalva** a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Pequenos Negócios do Acre - SEPN, referente ao exercício orçamentário e financeiro de 2016, de responsabilidade do Senhor **Henry Antônio Silva Nogueira**, Secretário da **SEPN**, à época, **valendo como ressalva:** **a)** pagamento de multa de trânsito no valor de R\$ 4.447,97 sem a devida reposição ao erário, à época dos fatos ocorridos; **b)** apurado pela área técnica o valor de R\$ 102.779,62 proveniente da movimentação de estoque (entrada/saída) no almoxarifado sem o devido lançamento e registro. No entanto, decisão semelhante, desta Corte de Contas, foi tomada exarada no Acórdão nº 7.375/2011, considerando **regular com ressalva** a ausência de escrituração da Conta almoxarifado (Material de Consumo); **c)** ausência de autorização para consultar a movimentação das contas bancárias da Entidade; **d)**

ausência de informações junto ao demonstrativo de Contratos, dificultando a conferência de valores pagos no exercício; **e)** ausência de informações junto ao Demonstrativo de Obras contratadas, uma vez que não trouxe todas as informações exigidas através do Modelo 15 do Manual de Referência – 3ª edição. **2)** Pela **notificação** do atual Secretário da SEP, para tomar conhecimento desta decisão e do apurado pela DAFO/1ª IGCE, a fim de que promova as correções cabíveis, caso ainda persistam, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade legal. **3)** Deixo de aplicar à devolução do valor de R\$ 4.447,97, em observância aos princípios da proporcionalidade, colegialidade, razoabilidade e ainda com fundamentação em decisão semelhante desta Corte de Contas contida no Acórdão n 9.041/2014-Plenário/TCE. **4)** Dar ciência ao Governador do Estado do Acre e ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre para tomar conhecimento do teor desta decisão. **5)** O Colegiado decidiu, por maioria, nos termos do voto da Conselheira-Relatora **Naluh Maria Lima Gouveia**. Vencido o Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**, que votou nos seguintes termos: **a)** Pela irregularidade da referida Prestação de Contas; **b)** Aplicação de multa no valor de R\$ 7.140,00 e; **c)** Encaminhamento da decisão ao Ministério Público Estadual, para conhecimento. **6)** Após as formalidades de estilo, pelo o arquivamento dos autos.

Rio Branco-Acre, 05 de março de 2020

Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**

Presidente do TCE/AC

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**  
Relatora

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**

Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**

Fui presente:

**João Izidro de Melo Neto**

Procurador - Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 124.269  
ENTIDADE: SEPN  
NATUREZA: Prestação de Contas Anual  
OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Pequenos Negócios do Acre, exercício de 2016  
RESPONSÁVEL: Henry Antônio Silva Nogueira (Secretário)  
PROCURADOR: -  
RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia

## RELATÓRIO

1) Cuidam os autos da Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Pequenos Negócios - SEPN, exercício de 2016, de responsabilidade do Senhor **Henry Antônio Silva Nogueira (Secretário)**, tendo o Senhor José Oliveira de Carvalho – CRC/AC: 000020/0-1, responsável pela contabilidade da SEPN. A documentação foi protocolada neste Tribunal mediante registro eletrônico do dia 27 de abril de 2017, sob o número 014933239590742016618A, sendo assim, tempestiva, conforme verificado na “Declaração de Veracidade” constante no Sistema de Análise e Gestão de Relatórios (fl. 01). Quanto os anexos exigidos no Manual de Referência – 3ª edição, a priori identificou-se o encaminhamento de todos.

2) **A análise técnica procedida pela DAFO/1ª IGCE, fls. 22/42; 288/305 e 343/348, apurou os seguintes resultados:**

a) **O Rol dos Responsáveis** (fl. 23) atende o art. 8º da Resolução TCE/AC nº 87/2013, inclusive foi verificado em relação ao profissional da área contábil acima citado, que o mesmo está devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade sob o nº 000020/0-1 e o registro do mesmo está ativo.

b) **O Orçamento Anual para 2016**, aprovado pela Lei Orçamentária nº 3.098 de 29 dezembro de 2015, estimou a receita e fixou a despesa da

Unidade Gestora em **R\$ 9.115.315,54**. No decorrer do exercício o orçamento inicial foi alterado, para **R\$ 9.955.334,40**, por meio de créditos suplementares e anulações, uma variação de **9,22%** (folhas 24/25). Foi possível confirmar a veracidade das alterações de valores ao orçamento mediante consulta ao Sistema Financeiro – SAFIRA , estando, portanto, de acordo, com o item VI, Anexo II do Manual de Referência -3ª edição da Resolução TCE/AC nº 087/2013.

**c) O Balanço Financeiro** apresenta o saldo para o exercício seguinte de R\$ 6.487.444,15 (fl. 26), de forma inconsistente pela ausência de extratos bancários para conciliar. No decorrer da análise o gestor comprovou por meio de extratos bancários e respectivas conciliações o saldo correto que se transfere para o exercício seguinte no valor de R\$ 6.489.533,05 (BF/folha do processo eletrônico – 06). Foi registrado pela área técnica o pagamento de multas de trânsito no valor de 4.447,97 sem o devido ressarcimento ao erário pelos servidores responsáveis, à época (fl.293-relatório complementar)

**d) Com relação ao Resultado Patrimonial** a entidade apresentou um Patrimônio Líquido de R\$ 23.881.640,34. O Resultado Patrimonial deste exercício foi de R\$ 129.260,88 (BP), estando em conformidade com o resultado da diferença entre o valor de R\$ 3.721.868,56, quando comparado com o valor de R\$ 3.592.607,68, apresentados nas contas Variação Patrimonial Aumentativa e Diminutiva da DVP (fl. 11-processo eletrônico).

**d.1) Ficou constatado** pela área técnica o não envio da documentação comprobatória de atualização da conta Bens Imóveis o qual demonstrou um acréscimo no valor de R\$ 42.702,35, quando comparado com o exercício anterior, com isso, considera-se o não cumprimento da Resolução TCE/AC nº 087/2013. Devendo o gestor, por ocasião da defesa apresentar justificativas.

**d.2) Com relação ao Resumo de Movimentação Mensal de Almoxarifado** a Entidade encaminhou o Resumo, entretanto, somente demonstra a situação de

estoque do mês de dezembro e tomando por base o mês de novembro, quando verificado fluxo de estoque (entrada/saída) encontra uma diferença de R\$ 102.779,62. Necessitando de esclarecimentos por parte do gestor.

**e) Autorização para Consultar a Movimentação das Contas Bancárias** o gestor apresentou uma suposta autorização assinada pelo governador do Estado do Acre concedendo suposto acesso da movimentação bancária, no entanto, a 1ª IGCE considerou não atendida a exigência contida no item III, do Anexo II, do Manual de Referência – 3ª Edição da Resolução TCE/AC nº 087/2013.

**f) Foi encaminhado o Parecer do Controle Interno** sobre as contas da Entidade, no entanto, foi verificado pela área técnica a ausência da Certidão de Auditoria com a informação quanto a existência de qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada. Por ocasião da defesa foi enviada cópia da Certidão de Auditoria resolvendo assim a situação levantada.

**g) Em Relação a Licitações e Contratos** foi verificado pela 1ª IGCE, ausência de informações junto ao Demonstrativo de Contratos conforme determina o item VIII do Anexo II do Manual de Referência – 3ª edição da Resolução TCE/AC nº 087/2013, prejudicando uma análise mais completa.

**h) Demonstrativos de Recursos Recebidos e Concedidos.** Com relação a **Recursos Recebidos** a 1ª IGCE, apurou a execução de R\$ 9.008.011,19, pela Entidade, entretanto, faltou enviar as informações exigidas pela Resolução TCE/AC nº 087/2013, de forma completa. Com relação a **Recursos Concedidos** a Entidade tem firmado um Termo de Cooperação Técnica e Financeira nº 02/2016/SEPN/AC no valor de R\$ 250.000,00 firmado com o SEBRAE. O repasse seria de forma parcelada e a vigência de 12 (doze) meses e a sua prestação de contas para 2018, portanto, fora do exame dessa prestação de contas.

- i) **Demonstrativo de Obras Contratadas** teve ausência de informações junto ao Demonstrativo que trata das obras, pois, o demonstrativo enviado, segundo a área técnica, não contempla todas as informações exigidas por meio do Modelo 15 do Manual de Referência – 3ª edição contido na Resolução TCE/AC nº 087/2013.
- j) **Demais Ocorrências**, o gestor apresentou, no decorrer da instrução processual, justificativas que sanaram as falhas e ressalvas em relação aos demais itens analisados em cumprimento a Resolução TCEAC nº 087/2013.
- 3) Os responsáveis por esta prestação de contas anual exercício de 2016, foram devidamente citados (folhas 46; 47; 48; 309 e 310), à época, para apresentarem defesa de forma conjunta (fls. 60/279).
- 4) **Instada** a se manifestar sobre a defesa juntada aos autos, a 1ª IGCE emitiu o Relatório Técnico Conclusivo de fls. 343/348, no qual concluiu que as justificativas e os documentos apresentados superaram **parcialmente** as irregularidades e falhas cometidas.
- 5) O Ministério Público de Contas manifestou-se junto a este Tribunal em pronunciamento da lavra do ilustre Senhor Procurador-Chefe João Izidro de Melo Neto (fls. 354/356).
- 6) Na forma regimental, os autos foram distribuídos, 12 de maio de 2017.

### É o relatório.

Rio Branco – Acre, 03 de março de 2020.

Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia

Relatora

PROCESSO TCE N° 124.269  
ENTIDADE: SEPN  
NATUREZA: Prestação de Contas Anual  
OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Pequenos Negócios do Acre, exercício de 2016  
RESPONSÁVEL: Henry Antônio Silva Nogueira (Secretário)  
PROCURADOR: -  
RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia

## VOTO

**O EXMA. SENHORA CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA  
(Relatora):**

Com base no que foi apurado pela DAFO/1ª IGCE e de tudo que consta nos autos descrevo abaixo as seguintes restrições e falhas apuradas de natureza contábeis e financeiras, a seguir:

- a) pagamento de multa de trânsito no valor de R\$ 4.447,97 sem a devida reposição ao erário, à época dos fatos ocorridos;
- b) apurado pela área técnica o valor de R\$ 102.779,62 proveniente da movimentação de estoque (entrada/saída) no almoxarifado sem o devido lançamento e registro. No entanto, decisão semelhante, desta Corte de Contas, foi tomada exarada no Acórdão nº 7.375/2011, considerando **regular com ressalva** a ausência de escrituração da Conta almoxarifado (Material de Consumo);
- c) ausência de autorização para consultar a movimentação das contas bancárias da Entidade;
- d) ausência de informações junto ao demonstrativo de Contratos, dificultando a conferência de valores pagos no exercício;



e) ausência de informações junto ao Demonstrativo de Obras contratadas, uma vez que não trouxe todas as informações exigidas através do Modelo 15 do Manual de Referência – 3ª edição.

Em face do acima exposto, **voto**:

2) Pela **emissão de Acórdão**, com fundamento no inciso II, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerando **Regular com ressalva** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Pequenos Negócios, exercício de 2016, de responsabilidade do Senhor Henry Antônio Silva Nogueira (Secretário), à época, **valendo como ressalva** as falhas acima descritas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”.

3) Pela **notificação** do atual Secretário da SEPN, para tomar conhecimento desta decisão e do apurado pela DAFO/1ªIGCE, a fim de que promova as correções cabíveis, caso ainda persistam, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade legal.

4) Deixo de aplicar a devolução do valor de R\$ 4.447,97, em observância aos princípios da proporcionalidade, colegialidade, razoabilidade e ainda com fundamentação em decisão semelhante desta Corte de Contas contida no Acórdão nº 9.041/2014-Plenário/TCE.

5) Dar ciência ao Governador do Estado do Acre e ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre para tomar conhecimento do teor desta decisão.

6) Após as formalidades de estilo, pelo o arquivamento dos autos.

## 7) É como VOTO.

Rio Branco – Acre, 05 de março de 2020.

Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia  
Relatora